

PREGÃO ELETRÔNICO

90158/2024

CONTRATANTE (UASG)

Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (250057)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK E OUTROS)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO **SIGILOSO**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/11/2024 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item e por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS **SIM**



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	15
11. DOS RECURSOS.....	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90158/2024
(Processo Administrativo nº 25057.008750/2023-08)

Torna-se público que **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK E OUTROS)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens e 02 (dois) grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo, no caso do grupo, oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para os itens 01, 19, 21, 23 e 27, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.1.1. Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ex.: R\$ 0,01), incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto, sob pena de recusa da proposta apresentada.

5.1.2. Marca;

5.1.3. *Fabricante*;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.5. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo a ser cotado conforme tabela do item 1.1 do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.3.1. os valores dos itens que compõe o grupo não poderão ser superiores aos estimados pela Administração sob pena de desclassificação;
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. *Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, todos na forma digital, ou por qualquer meio admitido em lei.*

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo

prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) mediante requisição dirigida ao e-mail arlic@into.saude.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, *ou para solicitar esclarecimento*, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do e-mail arlic@into.saude.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como poderá ser consultado no endereço www.into.saude.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Comodato

14.12. Em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, este instrumento convocatório e seus anexos foram submetidos ao exame jurídico da Consultoria Jurídica da União - CJU/AGU, conforme **Parecer nº. 01393/2024/SCPS/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2024.

GERMANA LYRA BÄHR

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO EM APARTADO

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90158/2024

PROCESSO Nº 25057.008750/2023-08

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, órgão do Ministério da Saúde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20.940-070, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por sua Diretora, **GERMANA LYRA BÄHR**, portadora da Matrícula SIAPE nº 652896, autorizada a firmar este instrumento nos termos da Portaria CC/PR nº 2.140, de 28 de março de 2023, publicada no D.O.U nº 61, Seção 2, Página 1, de 29 de março de 2023 e da Portaria COGAD/FNS nº 28, de 11 de maio de 2023 publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, Página 68, de 15 de maio de 2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 25057.008750/2023-08, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK E OUTROS)**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou seja, de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços, se houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai eletronicamente assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

PELO INTO:

GERMANA LYRA BÄHR

Diretora do INTO/MS

Portaria nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s):

Anexo da Ata de Registro de Preços nº XX/20XX

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90158/2024

PROCESSO Nº 25057.008750/2023-08

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, órgão do Ministério da Saúde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20.940-070, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por sua Diretora, **GERMANA LYRA BÄHR**, portadora da Matrícula SIAPE nº 652896, autorizada a firmar este instrumento nos termos da Portaria CC/PR nº 2.140, de 28 de março de 2023, publicada no D.O.U nº 61, Seção 2, Página 1, de 29 de março de 2023 e da Portaria COGAD/FNS nº 28, de 11 de maio de 2023 publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, Página 68, de 15 de maio de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 90158/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK E OUTROS)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, devendo ser observadas também as disposições contidas na Portaria INTO/MS nº 411, de 15 de maio de 2024.

6.2. É vedada ao contratado a emissão de boleto bancário ou outra forma diversa da prevista na legislação como forma de cobrança de pagamentos a contratante.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no Termo de Referência e na Portaria INTO/MS nº 411, de 15 de maio de 2024.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 1. *Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*
 2. *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.*
 3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.*
 4. *Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.*
 5. *Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.*
 6. *Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.*

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

12.1.1. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.1.2. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.1.3. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai eletronicamente assinada pelos contraentes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

PELO INTO:

GERMANA LYRA BÄHR

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

PELA EMPRESA CONTRATADA:

ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE COMODATO

TERMO DE COMODATO Nº XXX/20XX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90158/2024

PROCESSO Nº 25057.008750/2023-08

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20940-070, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado simplesmente INTO, neste ato representado por sua Diretora, **GERMANA LYRA BÄHR**, portadora da Matrícula SIAPE nº 652896, autorizada a firmar este instrumento nos termos da Portaria nº 2.140, de 28 de março de 2023, publicada no D.O.U nº 61, Seção 2, Página 1, de 29 de março de 2023 e da Portaria COGAD/FNS nº 28, de 11 de maio de 2023 publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, Página 68, de 15 de maio de 2023, doravante denominado COMODATÁRIO, e, do outro lado, a empresa XXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXX, CEP XXXXXX, doravante denominada simplesmente COMODANTE, neste ato representada por XXXXXX, portador (a) da Carteira de Identidade nº XXXXXX, emitida por XXXXXX e inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXX, no uso das atribuições que lhe confere XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 25057.008750/2023-08 e em observância às disposições do Código Civil, resolvem celebrar o presente Contrato de Comodato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90158/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo de Comodato tem por objeto, o empréstimo gratuito pela COMODANTE ao COMODATÁRIO para o item do ITEM 19 (MV 940562) um DISPENSER, para o ITEM 20 (MV 33019118) uma seladora, GRUPO 1 (itens 03 ao 11) uma seladora POR GRUPO e GRUPO 2 (itens 24 a 26) uma seladora POR GRUPO, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Eletrônico nº 90158/2024, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK E OUTROS)**.

1.2. O presente Termo de Comodato é acessório ao contrato nº xxxx/xxxx.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO E DO COMODATANTE

DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

2.1. Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no **EQUIPAMENTO**, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da **COMODANTE**.

2.2. O **EQUIPAMENTO** disponibilizado permanecerá sendo de exclusiva propriedade da **COMODANTE**, e serão entregues ao **COMODATÁRIO**, o qual não poderá vendê-lo; caucioná-lo; cedê-lo; onerá-lo, de qualquer forma, aliená-lo; ou alugá-lo a terceiros.

2.3. Cuidar para que o **EQUIPAMENTO** seja utilizado de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e constantes do manual de operações e deverão ser utilizados pelo **COMODATÁRIO** somente com o propósito estipulado no Termo de Referência.

2.4. Exigir da **CONTRATADA/COMODANTE** que apresente cobertura do seguro do **EQUIPAMENTO** disponibilizado, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, enfim, a apresentação, pelo **COMODANTE**, da respectiva apólice de seguro.

2.5. Não poderá o **COMODATÁRIO** fazer qualquer alteração ou conserto no **EQUIPAMENTO**, sem a assistência técnica da **COMODANTE**, que deverá ser comunicada imediatamente, em caso de se verificar tal possibilidade.

2.6. No momento da devolução, o **EQUIPAMENTO** deverá apresentar-se nas mesmas condições em que o **COMODATÁRIO** os recebeu, ressalvado o desgaste natural do uso dos equipamentos.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

2.7. Disponibilizar em regime de comodato para o item do **ITEM 19 (MV 940562) um DISPENSER, para o ITEM 20 (MV 33019118) uma seladora, GRUPO 1 (itens 03 ao 11) uma seladora POR GRUPO e GRUPO 2 (itens 24 a 26) uma seladora POR GRUPO.**

2.7.1. Especificação do material/produto/equipamento:

EQUIPAMENTO	Nº. DE SÉRIE	NOTA FISCAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.8. O **EQUIPAMENTO** será entregue ao **COMODATÁRIO** em perfeito estado de conservação e funcionamento. O **COMODANTE** fornecerá ao **COMODATÁRIO** todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento dos materiais/produtos/equipamentos disponibilizados.

2.9. O **EQUIPAMENTO** será cedido gratuitamente ao **COMODATÁRIO**, para fins de utilização do produto fornecido pelo **COMODANTE**, conforme estipulado no Edital de Pregão Eletrônico nº. 90158/2024 e seus anexos.

2.10. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do **EQUIPAMENTO**, que inclui, sem qualquer ônus para a **COMODATÁRIA**, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração, e assessoria científica.

2.11. Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva do **EQUIPAMENTO** em um prazo máximo de 24 horas, incluindo finais de semana e feriados.

2.12. Substituir o **EQUIPAMENTO** inoperante em caso de defeito, por outro, da mesma característica, em um prazo máximo de 24 horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da **COMODATÁRIA**.

2.13. Realizar manutenção preventiva no **EQUIPAMENTO** conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, mediante visitas com periodicidade mínima trimestral, valendo a periodicidade que for menor.

2.14. Responder por todos os custos relacionados à troca de peças no **EQUIPAMENTO**, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas à possível variação na rede elétrica ou imperícia no uso.

2.15. Registrar todas as visitas de ordem técnica para manutenção ou inspeção do **EQUIPAMENTO**, formalizando-as através de um documento (ordem de serviço e/ou "check list"), que deverá ser entregue ao INTO ao final do serviço.

2.16. Identificar o **EQUIPAMENTO**, ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo no mínimo as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o **EQUIPAMENTO** e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser aprovada d'água ou estar protegida (ex. adesivo transparente).

2.17. O **EQUIPAMENTO** cedido à **COMODATÁRIA** deverá estar acompanhado de:

Duas cópias do manual de operação em idioma português;

Carta de entrega constando todos os dados do **EQUIPAMENTO** (fabricante, modelo, número de série);

Dados da **COMODANTE** (razão social, endereço);

CNPJ/MF;

Nome da pessoa de contato comercial;

Nome da pessoa de contato para assistência técnica;

Telefones de contato e telefone de contato para final de semana e feriado;

Programa de manutenção preventiva (cronograma anual de visitas e "check list").

2.18. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da **COMODATÁRIA** motivada pela falta do **EQUIPAMENTO**, por um período superior a 24 horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis. Dentre as providências a serem adotados estão glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto.

2.19. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu **EQUIPAMENTO**, pois a **COMODATÁRIA** não oferece seguro para tal cobertura. A **COMODANTE** efetuará a cobertura do seguro do **EQUIPAMENTO** disponibilizados em comodato, durante o prazo de vigência do comodato, contra o risco de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao **COMODATÁRIO** a respectiva apólice de seguro.

2.20. Comprometer-se a manter, em condição regular e normal, a cessão mediante comodato, enquanto permanecem em estoque no **COMODATÁRIO**, os produtos adquiridos para uso do

EQUIPAMENTO.

2.21. Durante a vigência da cessão do **EQUIPAMENTO**, será avaliado o suporte técnico prestado pela **COMODANTE**, bem como, o desempenho do **EQUIPAMENTO**. As não conformidades serão comunicadas à **COMODANTE** pelo **COMODATÁRIO**. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração superior para providências cabíveis.

2.22. A **COMODANTE** fornecerá ao **COMODATÁRIO** todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento do(s) equipamento(s), objeto deste Termo de Comodato.

2.23. A **COMODANTE** deverá fornecer o(s) equipamento(s) para uso dos insumos adquiridos, em quantidade solicitada pelo **COMODATÁRIO**, sendo responsável pela sua reposição, manutenção e calibração, devendo ser apresentada ao **COMODATÁRIO** toda documentação que contenha os procedimentos realizados, em que data, e a sua validade, de acordo com a orientação constante no manual do fabricante do(s) equipamento(s).

2.24. De acordo com a variação da demanda por equipamentos, o **COMODATÁRIO** poderá solicitar, a qualquer momento, que a **COMODANTE** entregue, sem ônus para o **COMODATÁRIO**, uma maior quantidade dos equipamentos disponibilizados, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do respectivo pedido.

2.25. O descumprimento das obrigações da **COMODANTE** a sujeitará à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e na lei.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE

3.1. O(s) equipamento(s) cedido(s) permanecerá(ão) sendo de exclusiva propriedade da **COMODANTE**, e será(ão) entregue(s) ao **COMODATÁRIO** em perfeito estado de conservação e funcionamento.

3.2. A **COMODANTE** fornecerá ao **COMODATÁRIO** todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento do(s) equipamento(s) cedido(s).

3.3. O(s) equipamento(s) será(ão) cedido(s) gratuitamente ao **COMODATÁRIO**, para fins de utilização do produto fornecido pela **COMODANTE**, em decorrência da Ata de Registro de Preços nº XXX/20XX. O **COMODATÁRIO** não poderá utilizá-lo(s), senão com o propósito previsto neste instrumento, devendo-se observar a exclusividade concedida à **COMODANTE**, relativa ao fornecimento do(s) insumo(s) fornecidos em decorrência da Ata de Registro de Preços nº XXX/20XX, durante a vigência do presente Termo de Comodato.

3.4. O(s) equipamento(s) não poderá(ão) ser vendido(s), caucionado(s), cedido(s), onerado(s) de qualquer forma, alienado(s) ou alugado(s) a terceiros pelo **COMODATÁRIO**.

3.5. A **COMODANTE** efetuará a cobertura do seguro do(s) equipamento(s) cedido(s), durante o prazo de vigência do presente Termo de Comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao **COMODATÁRIO**, a respectiva apólice de seguro.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA INSPEÇÃO

4.1. A COMODANTE terá direito de inspecionar o(s) equipamento(s) cedido(s) sempre que julgar conveniente. A inspeção deverá ser realizada durante o horário normal de trabalho do COMODATÁRIO, qual seja das 08:00 às 17:00 horas. O COMODATÁRIO está obrigado a comunicar com a máxima urgência à COMODANTE qualquer deficiência ou irregularidade surgida no(s) equipamento(s) cedido(s). Para os fins aqui previstos, a COMODANTE, por seus empregados e prepostos autorizados, terá livre acesso ao local onde estiverem o(s) equipamento(s) cedido(s).

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega do **EQUIPAMENTO** é de, no máximo (...) dias, contados da data da assinatura do presente Termo de Comodato, devendo ser providenciada com antecedência em relação à data de início do fornecimento do produto objeto da licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Comodato terá início na data de sua assinatura e vigorará até XX/XX/XXXX, data de término de vigência da Ata de Registro de Preços XX/XXXX, ou enquanto permanecerem em estoque no **COMODATÁRIO** os produtos adquiridos para uso no **EQUIPAMENTO**, podendo ser rescindido antes, desde que a Ata de Registro de Preços seja igualmente rescindida.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Caso o COMODATÁRIO infrinja as disposições do presente em relação à COMODANTE no fornecimento do(s) equipamentos constantes no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90158/2024, o presente Termo de Comodato deverá ser rescindido, independentemente de qualquer aviso e/ou notificação judicial ou extrajudicial.

7.2. O não cumprimento de qualquer cláusula do presente Termo de Comodato constitui motivo para a sua rescisão.

7.3. Rescindido o presente Termo de Comodato, o COMODATÁRIO estará obrigado a devolver o(s) equipamento(s) à COMODANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.4. No momento da devolução, o(s) equipamento(s) deverá(ão) apresentar-se nas mesmas condições em que a COMODATÁRIO o(s) recebeu, ressalvado o desgaste natural do uso dos equipamentos, mediante recibo de entrega e integral quitação das obrigações da Administração decorrentes do presente Termo de Comodato. É facultado à COMODANTE o não recebimento, caso seja constatada a imprestabilidade ou desconformidade do(s) equipamento(s) com os padrões de conservação da COMODANTE, condicionado ao cumprimento pela COMODANTE de todas as suas obrigações de manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de peças, apresentação da apólice de seguro e demais condições estabelecidas nas Subcláusulas 2.7. e seguintes, do presente Termo de Comodato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1. Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste Termo de Comodato deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente termo aditivo, resultante do consenso entre as partes nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 10.024/19, Decreto nº 11.462/23, bem como observadas as disposições do Edital e de seus anexos.

9. CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Este Termo de Comodato somente terá validade após sua publicação, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme o previsto no parágrafo único do art. 54 da Lei nº 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Comodato foi lavrado, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai eletronicamente assinada pelos contraentes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

PELO COMODATÁRIO:

GERMANA LYRA BÄHR

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

PELA COMODATANTE:

MINUTA DE TERMO DE VISTORIA Nº XX/XXXX
DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO DE COMODATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90158/2024

PROCESSO Nº 25057.008750/2023-08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XX/XXXX

TERMO DE COMODATO Nº XX/XXXXXXXXXX

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

NOTA FISCAL	NÚMERO DE SÉRIE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

RELATÓRIO SINTÉTICO-DESCRIPTIVO DOS BENS				
Estado físico	Funcionamento	Próprio para o uso a que se destina?	Alguma avaria aparente? Qual?	Tem fotos anexadas?

As partes abaixo identificadas, a saber, Área de Patrimônio e Fiscal do Contrato declaram por este Termo de Vistoria, parte integrante do Edital de Licitação do Pregão nº 90158/2024 que receberam da empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx todos os bens objeto do Termo de Comodato no estado e condições acima discriminadas e se comprometem a devolvê-lo no mesmo estado em que o receberam, obedecendo e cumprindo fielmente os prazos de vigência dos respectivos instrumentos contratuais.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Área de Patrimônio

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal do Contrato

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa

Termo de Referência 123/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
123/2023	250057-INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA	RENATO DE OLIVEIRA FERNANDES	03/08/2024 12:21 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25057.008750/2023-08

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de **AQUISIÇÃO DO MATERIAL (Caneta de Marcação, Fita Autoclave e Outros)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, **PARA ATENDER A DEMANDA DA ÁREA DE ALMOXARIFADO- ARAL:**

ITENS COTADOS SEPARADAMENTE											
ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MÉDIO MENSAL (CMM)	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	NÚMERO DE AMOSTRAS	PERÍODO P/ A AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS *DIAS ÚTEIS
01	BR0241162	154578	CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK, NA COR PRETA OU AZUL, ATÓXICA, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO SUBMETIDO, COM TINTA RESISTENTE À INTEMPERES NÃO CAUSANDO MANCHAS	UNIDADE	6,25	84	95			01	05

02	BR0332343	180351	FITA AUTOCLAVE COMPOSTA EM PAPEL CREPADO, ESPECIALMENTE TRATADO E COBERTO COM ADESIVO NA FACE DE CONTATO COM O PACOTE, POSSUINDO LISTRAS DIAGONAIS IMPREGNADAS COM TINTA INDICADORA TERMO-QUÍMICA (INDICADOR QUÍMICO TIPO 1) NAS CORES AMARELA OU VERDE, COM VIRAGEM PARA O MARROM ESCURO OU PRETO, SENSÍVEL AO VAPOR, APRESENTANDO ALTA ADESIVIDADE. PARA USO EM PAPEL CREPADO E NÃO TECIDO. RESISTENTE A QUEBRAS. APRESENTAÇÃO EM ROLO, COM LARGURA DE 18 MM E COMPRIMENTO DE 50 A 55M. QUE APRESENTE LOTE E VALIDADE NA PARTE INTERNA DO ROLO.	UNIDADE	98,93	2100	2400			01	05
12	BR0466527	195108	PAPEL CREPADO 100 X 100 CM, DE 2ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO . GRAMATURA COM CERCA DE 70GR /M2. COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALLEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5 /2003.	UNIDADE	767,42	10800	12000			10	05
			PAPEL CREPADO 100 X 100 CM, DE 3ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA								

13	BR0446696	195119	+ AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA, GRAMATURA CERCA DE 78GR/M2. COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5 /2003.	UNIDADE	1113,89	15300	17000			10	05
14	BR0442583	195120	PAPEL CREPADO 120 X 120CM, DE 2º GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. GRAMATURA CERCA DE 70GR/M2. COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA. NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5 /2003.	UNIDADE	1053,22	14500	16000			10	05
			PAPEL CREPADO 120 X 120CM, DE 3º GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA.								

15	BR0446693	195131	GRAMATURA CERCA DE 78GR/M². COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E AUTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA), LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL) ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5 /2003.	UNIDADE	1514,58	21000	23000			10	05
16	BR0446689	195142	PAPEL CREPADO CERCA DE 30 X 30 CM, DE 1ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO + FIBRA SINTÉTICA, GRAMATURA A PARTIR DE 60GR/M². COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO, OU RUPTURA AO USO, RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE.	UNIDADE	2880	43200	48000			10	05
17	BR0442658	195153	PAPEL CREPADO 75 X 75 CM, DE 2ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. GRAMATURA CERCA DE 70GR/M². COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO, RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE	UNIDADE	912,5	12500	14000			10	05

			BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA), LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5 /2003.								
18	BR0447699	195164	PAPEL CREPADO 75 X 75 CM, DE 3ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTETICA GRAMATURA CERCA DE 78GR/M². COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5 /2003.	UNIDADE	891,67	12150	13500			10	05
19	BR0280847	940562	PANO PARA HIGIENIZAÇÃO, MATERIAL: 80% CELULOSE, 20% POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS: 42 CM (COMPRIMENTO) X 28 CM (LARGURA), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A SOLVENTES, ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, SEM LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, APRESENTAÇÃO: ROLO PICOTADO, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE ÁREA LIMPA. O DISPENSER DEVERÁ SER FORNECIDO PELO LICITANTE, VIA COMODATO.	ROLO 300M	4,89	203	225			01	05

20	BR0443868	33019118	EMBALAGEM DE PROTEÇÃO TERCÍARIA PARA PRODUTOS PARA SAÚDE ESTERILIZADOS (SISTEMA DE BARREIRA). COMPOSIÇÃO POR FILME PLÁSTICO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE A CERCA DE 2 LÂMINAS. TENDO COMO FUNÇÃO: PROTEÇÃO NO ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE SEGURO DE CAIXAS E BANDEJAS COM INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, PROMOVENDO INTEGRIDADE DO MESMO ATÉ AS UNIDADES CONSUMIDORAS. USO ÚNICO, DE FÁCIL ABERTURA ASSÉPTICA, TERMOSSELANTE OU AUTO SELANTE. POSSIBILIDADE DO REGISTRO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM A RDC 15 15/3/2012. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES, LOTE E VALIDADE IMPRESSOS NA MESMA. DIMENSÕES 60 A 65 CM DE LARGURA X 80 A 90 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	1050	27000	30000			10	05
21	BR0452009	33019123	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 0,75M X 0,75M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	116,67	1750	2100			10	05

22	BR0452009	33019124	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTOS DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI- ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 1,00M X 1,00M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	370,00	5200	5800			10	05
23	BR0452019	33019125	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTOS DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI- ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 1,20M X 1,20M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	116,67	1750	2100			10	05

27	BR0440834	33020104	CAMPO DESCARTÁVEL, COM COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 80% DE CELULOSE, INTERFOLHADO OU DOBRADO, COM ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA, PARA USO NA SECAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE; NA COR BRANCA, QUE NÃO LIBERE PARTÍCULAS. GRAMATURA A PARTIR DE 50 GRAMAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25CM DE LARGURA X 40 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	3558,33	48000	53500			10	05
28	BR0604957	33020433 (SUBSTITUI O CÓDIGO 940517)	AVENTAL PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAL, IMPERMEÁVEL EXTERNAMENTE E ABSORVENTE INTERNAMENTE; PRODUZIDO EM MATERIAL NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO; GRAMATURA: A PARTIR DE 40 G/M²; CONTENDO MANGAS LONGAS RAGLAN, TIRAS DE AMARRAÇÃO AO CORPO DO AVENTAL COM SOLDAGEM ULTRASSÔNICA, FECHAMENTO DA GOLA EM VELCRO OU TIRAS DE AMARRAÇÃO. USO ÚNICO, NÃO ESTÉRIL. TAMANHO APROXIMADO: 1,40 M X 1,30 M.	UNIDADE	201,75	2880	3200			05	05

GRUPO 01 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO											
ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MÉDIO MENSAL	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	NÚMERO DE AMOSTRAS	PERÍODO P/ A AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS *DIAS ÚTEIS
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 15CM								

03	BR0466529	190942	(LARGURA) E 35CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	UNIDADE	1691,67	22500	25400			SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	--0
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: ENTRE 30 E 45 CM (LARGURA) E CERCA DE 50CM (COMPRIMENTO),								

04	BR0462801	190950	GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	UNIDADE	275	4200			SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	0
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 30 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M²,							

05	BR0442388	190969	INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	ROLO DE 100 M	4,91	54	60		SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	0
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 25 CM (LARGURA) E 30 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR							

06	BR0466574	191132	TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	466,67	8100	9000		10	05
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 18 CM (LARGURA) E 30 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE							

07	BR0442391	191221	SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	UNIDADE	1166,75	16200	18000		SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	0
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 8 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE							

08	BR0442385	191230	ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	ROLO 100M	4,33	54	60		SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	0
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 12 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES							

09	BR0442385	191248	QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	ROLO	5,58	81	90		SEM	
				100M					NECESSIDADE	0
									DE	
									APRESENTAÇÃO	
									DE AMOSTRAS	
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: 15 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO							

10	BR0462298	195020	CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	ROLO 100M	4,19	54	60		01	05
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 25 CM (LARGURA) E 35 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE						SEM	

11	BR0466574	195031	VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER /POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14. 990-2-2010.	UNIDADE	1477,42	20250	22500			NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	0
----	-----------	--------	--	---------	---------	-------	-------	--	--	---	---

GRUPO 02 - INVÓLUCROS PARA MATERIAIS DESINFETADOS											
ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MÉDIO MENSAL	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL	NÚMERO DE AMOSTRAS	PERÍODO P/ A AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS *DIAS ÚTEIS
			EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ENVELOPE. TAMANHO: MEDINDO APROXIMADAMENTE 150X270 MM. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME								

24	BR0233974	33019312	LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE, QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. AUTOSSELANTE. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.	UNIDADE	1080	16200	18000			10	05
25	BR0233974	33019313	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ENVELOPE. TAMANHO: MEDINDO APROXIMANDAMENTE 200X400 MM. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE. QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. AUTOSSELANTE. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS)	UNIDADE	1260	18900	21000			SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	0

			INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.								
26	BR0233974	33019314	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ROLO. TAMANHO: MEDINDO APROXIMANDAMENTE 500 MM X 50M. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE. QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. COM BORDAS TERMOSELADAS. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.	UNIDADE	10,8	162	180			10	05

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar n. 161/2023;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021;

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (dias) contados do aceite da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares nº 161/2023**, apêndice deste **Termo de Referência**;

2.2. **A Contratação encontra-se prevista no Plano de Compras Anual (PCA/PGC) de 2024, conforme dados elencados abaixo:**

- Documento de Formalização da Demanda: 135/2023
- Identificador da Futura Contratação: 250057-64/2023
- Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS; 6510 - MATERIAIS CIRÚRGICOS PARA CURATIVOS; 6532 - VESTUÁRIO HOSPITALAR E CIRÚRGICO E ITENS CORRELATOS DE FINALIDADES ESPECIAIS; 6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE; 7520 - ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO; 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES; 8105 - SACOS E BOLSAS; 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000024/2024
- Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- Id do item no PCA: 454 ao 481

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Tendo em conta inexistência de critérios específicos de sustentabilidade para o presente objeto a Contratada, na execução do fornecimento, deverá atender, sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtores sustentáveis ou de menor impacto ambiental relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Da exigência de amostra

4.2. Produtos considerados para saúde conforme RDC 185/2001 da ANVISA deverão apresentar:

4.2.1. Registro na ANVISA, ou;

4.2.2. Cadastramento do produto na ANVISA, quando dispensado do registro;

4.2.3. Os Produtos não considerados para saúde deverão estar em conformidade com a relação exemplificativa de produtos não considerados para saúde, disponibilizada no portal da **ANVISA** (www.anvisa.gov.br).

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra (s) conforme tabela dos itens deste **Termo de Referência**, que terá data, local e horário de sua realização, divulgado por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. As amostras deverão ser entregues na **Área de Licitações (ARLIC/COAGE)** no endereço da Avenida Brasil, 500, 2º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, no prazo limite de 02 (dois) dias úteis a contar da data da solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas cada uma delas, de modo a possibilitar a conferência dos seus dados, sujeito à recusa em caso de descumprimento.

4.6. Os licitantes deverão informar à ARLIC, por meio do endereço eletrônico arlic@into.saude.gov.br, o código de rastreio emitido pelos Correios referente às amostras enviadas dentro dos prazos estabelecidos, onde será considerada a data da referida postagem que também deverá estar em conformidade com a data aprazada.

4.7. É facultada prorrogação do prazo estabelecido uma única vez por igual período, a partir de solicitação fundamentada realizada dentro do prazo de convocação para apresentação das amostras pelo interessado por meio de e-mail encaminhado ao endereço arlic@into.saude.gov.br.

4.8. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

4.9. A área técnica responsável solicita apresentação de amostras durante o pretendido procedimento licitatório, por se tratarem de produtos específicos para a saúde, em que o não cumprimento do descritivo, e o fim que se destina o material solicitado (usabilidade), pode gerar riscos de complicações ao paciente, em que a instituição é a responsável pela aquisição e oferta do material;

4.10. As amostras de produtos para a saúde são necessárias, pois tais insumos não são utilizados isoladamente, ou seja, requerem uso atrelados a outros materiais, portanto, se faz necessária

avaliação de conexões, adaptações, aderência e uso entre produtos e marcas diferentes para o fim que se destina;

4.11. Por se tratar de insumos que serão aplicados diretamente em pacientes, não será permitida a participação dos licitantes nos procedimentos aos quais as amostras serão submetidas, uma vez que estes ocorrerão em ambiente hospitalar e a fim de resguardar a identidade e privacidade dos pacientes do INTO;

4.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.13. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste **Termo de Referência**.

4.14. Em caso de aprovação das amostras, a empresa contratada poderá descontar as amostras da primeira remessa de materiais enviados ao INTO.

4.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos ou bulas em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do **Estudo Técnico Preliminar nº 161/2023**.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do aceite da Nota de Empenho, mediante requisição;

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços: Avenida Brasil, 500, 2º andar, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, Área de Almoxarifado (ARAL/DILOGH), no horário das 07: 00 às 16:00 horas ou no estoque auxiliar da Avenida Mem de Sá, 160, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.230-152 a critério e conveniência da Administração, o qual será informado no campo de observação da nota de empenho;

5.4. O prazo de validade na data não poderá ser inferior a **12 (Doze) meses** do prazo de validade declarado pelo fabricante, contados da data de recebimento definitivo;

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), a saber:

NOME	CARGO	FUNÇÃO
ANA PAULA COSTA ALVES	Enfermeira	Responsável Técnica.
JAQUELINE AGUIA ALVES SALAROLI	Enfermeira	Responsável Técnica.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

6.8.1. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#));

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#));

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#));

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência nº 123/2023** e na **proposta**;

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**;

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;](#)

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;](#)

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. O valor a pagar; e

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;](#)

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.24. É vedada à CONTRATADA a emissão de boleto bancário ou outra forma diversa da prevista na legislação como forma de cobrança de pagamentos a CONTRATANTE.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico;

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#);

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos);

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

8.2. A (s) empresa (s) classificada (s) em primeiro lugar no (s) item (ns) constante (s) deverão encaminhar os documentos elencados abaixo elencados, sob pena de recusa da proposta, a saber:

8.2.1. Publicação no Diário Oficial da União do **registro do produto**, necessário à utilização do objeto deste Termo de Referência no Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

a) Caso a revalidação do registro não tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a empresa deverá apresentar a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013. O pedido deverá ter sido protocolado no prazo previsto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, a saber, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, caso contrário, a empresa será desclassificada;

b) O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

8.2.2. **O ITEM 28 (avental para limpeza de instrumental)** é considerado dispositivo médico classe I / baixo risco, segundo a RDC nº 751 de 15 de setembro de 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Portanto, se faz necessária exigência dos documentos comprobatórios de Notificação (Ministério da Saúde), Autorização Comum de Funcionamento (ANVISA) e Licença de Funcionamento (VISA / Estadual ou Municipal).**

8.2.3. Os **demais itens** constam na publicação **Produtos não Regularizados como Dispositivos Médicos da ANVISA** na categoria 3 - Produtos utilizados para apoio ou infraestrutura hospitalar. **Portanto não é necessária a exigência de documentação sanitária.**

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar ainda a habilitação jurídica por meio de:

8.14.1. Autorização Comum de Funcionamento, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, bem como Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da sede do licitante;

a) A Licença deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

b) Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, sendo necessário que esta tenha sido requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74.170/1974;

c) Sendo possível a consulta e obtenção do respectivo documento comprobatório por meio a consulta a sítios oficiais e/ou equivalentes o Pregoeiro poderá diligenciar para tanto.

8.14.2. **O ITEM 28 (avental para limpeza de instrumental)** é considerado dispositivo médico classe I / baixo risco, segundo a RDC nº 751 de 15 de setembro de 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Portanto, se faz necessária exigência dos documentos comprobatórios de Notificação (Ministério da Saúde), Autorização Comum de Funcionamento (ANVISA) e Licença de Funcionamento (VISA / Estadual ou Municipal).**

8.14.3. Os **demais itens** constam na publicação **Produtos não Regularizados como Dispositivos Médicos da ANVISA** na categoria 3 - Produtos utilizados para apoio ou infraestrutura hospitalar. **Portanto não é necessária a exigência de documentação sanitária.**

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda **[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

- 8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- 8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente;
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 8.29. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);
- 8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A adoção do orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021.]

10. Adequação orçamentária

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil na forma do art. 17 do Decreto nº 11.462 /2023;

11. Do Reajuste (art. 92, V)

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s);

11.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo(s);

11.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor;

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. Das Infrações e Sanções Administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV) Multa:

1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
4. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#));

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#);

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. Comodato de Equipamentos e Materiais

13.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) disponibilizará (ão) fornecer, em **COMODATO**, os equipamentos /acessórios necessários, conforme as especificações abaixo, a saber:

13.1.1. A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para os itens do **ITEM 19 (MV 940562)** um **DISPENSER**, conforme dimensões do insumo em questão. A Contratada deve efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

13.1.2. A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para o **ITEM 20 (MV 33019118)** uma **seladora**, conforme as necessidades do INTO. A Contratada deverá efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

13.1.3. A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para os itens do **GRUPO 1 (itens 03 ao 11)** uma **seladora POR GRUPO**, conforme as necessidades do INTO. A Contratada deve efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

13.1.4. A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para os itens do **GRUPO 2 (itens 24 a 26)** uma **seladora POR GRUPO**, conforme as necessidades do INTO. A Contratada deve efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREA IGNEZ MENDES PAIVA

Chefe do Almoxarifado



Assinou eletronicamente em 30/07/2024 às 11:00:43.

Despacho: Responsável técnica.

ANA PAULA COSTA ALVES

Enfermeira



Assinou eletronicamente em 03/08/2024 às 12:21:16.

Despacho: Responsável pela elaboração da Minuta do Termo de Referência.

JOAO CARLOS DE OLIVEIRA AQUINO

Agadam

Despacho: Resp. pela Elaboração da Minuta do Termo de Referência

RENATO DE OLIVEIRA FERNANDES

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 29/07/2024 às 14:13:24.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I (sigiloso)

Estudo Técnico Preliminar 161/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 25057.008750/2023-08

2. Descrição da necessidade

O **Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO** tem como função assessorar o Ministério da Saúde na formulação da política nacional de promoção da saúde, tratamento e reabilitação das doenças do sistema músculo esquelético; qualificar profissionais; desenvolver pesquisas, prestar assistência através de sua unidade hospitalar.

Ao Instituto cabe atender exclusivamente a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) no tratamento de doenças e traumas ortopédicos, de média e alta complexidade, não só de pacientes do Estado do Rio de Janeiro, mas também de pacientes oriundos de outros estados da federação.

Nesse sentido, a aquisição do material para esterilização material médico hospitalar se faz necessária para a manutenção das rotinas existentes nesta unidade. Nesse Estudo encontram-se relacionadas embalagens para esterilização, bem como materiais destinados à proteção individual dos profissionais que trabalham nessas atividades.

Sendo assim, a aquisição desses materiais é fundamental para manutenção das funções e atividades do Instituto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Área de Almoxarifado (ARAL/DILOGH/COAGE/INTO)	Andréa Ignez Mendes Paiva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Poderão participar do futuro Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O prazo de validade dos bens ofertados não poderá ser inferior a **12 (Doze) meses** do prazo de validade declarado pelo fabricante, contados da data de recebimento definitivo;

4.3 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, a apresentação dos materiais deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

5. Levantamento de Mercado

Com relação ao Levantamento de Mercado, informamos que o INTO é uma instituição de saúde, que presta atendimento direto aos pacientes, possuindo, portanto, uma equipe formada de servidores públicos para prestação de serviços assistenciais aos pacientes, não cabendo, portanto, a terceirização de um serviço.

Conforme relatado anteriormente, esses materiais amplamente utilizados no Instituto, na esterilização de materiais médico hospitalares. Além disso, os materiais são descartáveis, não cabendo uma solução de mercado como a locação, por exemplo.

Desse modo, não identificamos outra solução de mercado possível, além da aquisição dos insumos necessários para continuidade da assistência aos pacientes que dependam desse tipo de cuidado, de forma a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável.

Tendo em vista a impossibilidade de prever a quantidade exata de material a ser efetivamente utilizada em um período de 12 meses, a necessidade de entregas parceladas e a possibilidade de oferecer a outros órgãos da Administração Pública a participação na futura Licitação, favorecendo, assim, o princípio da economicidade pelo ganho de escala da aquisição, a pretendida aquisição deverá ocorrer pela **Modalidade Pregão Eletrônico**, utilizando-se o procedimento de **Sistema de Registro de Preços**. O critério de julgamento será o de **menor preço**, desde que os materiais atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos por este Estudo, pelo Termo de Referência e pelo Edital.

Sendo assim, os técnicos responsáveis identificaram os materiais necessários, considerando os diferentes perfis de produtos para saúde a serem esterilizados, de modo a garantir o atendimento adequado e seguro aos pacientes do INTO.

Cabe observar que os bens a serem futuramente adquiridos são considerados comuns pela Administração Pública, conforme Art. 6º, Inciso XIII, da Lei Federal 14.133/2021, que define bens e serviços comuns como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

Com relação ao Comodato de seladoras para o Grupo 1 (itens 3 a 11), Grupo 2 (itens 24, 25 e 26), bem como para o item nº 20, justifica-se o pela minimização dos custos envolvidos, seja pelo custo inicial de aquisição do equipamento, seja pela manutenção e reparos demandados ou pela necessidade de atualização tecnológica. No sistema de comodato, os serviços de manutenção e reparos preventivos e corretivos estão incluídos, assegurando que as seladoras estejam sempre em perfeitas condições de funcionamento, reduzindo interrupções no atendimento às atividades rotineiras e reduzindo o impacto sobre o mapa cirúrgico ou atendimento às outras unidades consumidoras. Ademais, a tecnologia avança rapidamente, optar pela compra de tais equipamentos pode deixar o Instituto "preso"/fixado a equipamentos obsoletos após um período. A empresa vencedora do grupo, disponibilizará o equipamento, e ficará responsável por todos esses custos, não onerando diretamente o erário público.

Com relação ao Comodato de suporte para o item nº 19, cumpre informar que o dispenser é insumo dependente. Cada dispenser será compatível com o produto do seu fabricante. Pela interdependência, justifica-se o comodato. O dispenser é indispensável para o uso do produto. A empresa vencedora deve dispensar um modelo de parede, compatível com o insumo do item 20 e que não deixe exposto o rolo de pano para higienização.

A pesquisa de preços será realizada pela Área de Pesquisa de Preços - ARPEC, utilizando o Painel do Preços do Governo Federal, sítios eletrônicos de empresas especializadas e a consulta direta a fornecedores especializados.

Pretende-se alcançar, com a futura contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Instituto.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição dos materiais, conforme Tabela abaixo:

ITENS COTADOS SEPARADAMENTE							
ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MÉDIO MENSAL (CMM)	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL
1	BR0241162	154578	CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK, NA COR PRETA OU AZUL, ATÓXICA, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO SUBMETIDO, COM TINTA RESISTENTE À INTEMPERES NÃO CAUSANDO MANCHAS	UNIDADE	6,25	84	95
2	BR0332343	180351	FITA AUTOCLAVE COMPOSTA EM PAPEL CREPADO, ESPECIALMENTE TRATADO E COBERTO COM ADESIVO NA FACE DE CONTATO COM O PACOTE, POSSUINDO LISTRAS DIAGONAIS IMPREGNADAS COM TINTA INDICADORA TERMO-QUÍMICA (INDICADOR QUÍMICO TIPO 1) NAS CORES AMARELA OU VERDE, COM VIRAGEM PARA O MARROM ESCURO OU PRETO, SENSÍVEL AO VAPOR, APRESENTANDO ALTA ADESIVIDADE. PARA USO EM PAPEL CREPADO E NÃO TECIDO. RESISTENTE A QUEBRAS. APRESENTAÇÃO EM ROLO, COM LARGURA DE 18 MM E COMPRIMENTO DE 50 A 55M. QUE APRESENTE LOTE E VALIDADE NA PARTE INTERNA DO ROLO.	UNIDADE	98,93	2100	2400
12	BR0466527	195108	PAPEL CREPADO 100 X 100 CM, DE 2º GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO . GRAMATURA COM CERCA DE 70GR /M2. COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO	UNIDADE	767,42	10800	12000

			AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.				
13	BR0446696	195119	PAPEL CREPADO 100 X 100 CM, DE 3ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA, GRAMATURA CERCA DE 78GR/M2. COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	1113,89	15300	17000
14	BR0442583	195120	PAPEL CREPADO 120 X 120CM, DE 2ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. GRAMATURA CERCA DE 70GR/M2. COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA. NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	1053,22	14500	16000
15	BR0446693	195131	PAPEL CREPADO 120 X 120CM, DE 3ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA. GRAMATURA CERCA DE 78GR/M². COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO	UNIDADE	1514,58	21000	23000

			/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E AUTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA), LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL) ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.				
16	BR0446689	195142	PAPEL CREPADO CERCA DE 30 X 30 CM, DE 1ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO + FIBRA SINTÉTICA, GRAMATURA A PARTIR DE 60GR/M². COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO, OU RUPTURA AO USO, RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE.	UNIDADE	2880	43200	48000
17	BR0442658	195153	PAPEL CREPADO 75 X 75 CM, DE 2ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. GRAMATURA CERCA DE 70GR/M². COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO /RASGO OU RUPTURA AO USO, RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA), LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	912,5	12500	14000
18	BR0447699	195164	PAPEL CREPADO 75 X 75 CM, DE 3ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA GRAMATURA CERCA DE 78GR/M². COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO	UNIDADE	891,67	12150	13500

			/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.				
19	BR0280847	940562	PANO PARA HIGIENIZAÇÃO, MATERIAL: 80% CELULOSE, 20% POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS: 42 CM (COMPRIMENTO) X 28 CM (LARGURA), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A SOLVENTES, ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, SEM LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, APRESENTAÇÃO: ROLO PICOTADO, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE ÁREA LIMPA. O DISPENSER DEVERÁ SER FORNECIDO PELO LICITANTE, VIA COMODATO.	ROLO 300M	4,89	203	225
20	BR0443868	33019118	EMBALAGEM DE PROTEÇÃO TERCIÁRIA PARA PRODUTOS PARA SAÚDE ESTERILIZADOS (SISTEMA DE BARREIRA). COMPOSIÇÃO POR FILME PLÁSTICO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE A CERCA DE 2 LÂMINAS. TENDO COMO FUNÇÃO: PROTEÇÃO NO ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE SEGURO DE CAIXAS E BANDEJAS COM INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, PROMOVENDO INTEGRIDADE DO MESMO ATÉ AS UNIDADES CONSUMIDORAS. USO ÚNICO, DE FÁCIL ABERTURA ASSÉPTICA, TERMOSSELANTE OU AUTO SELANTE. POSSIBILIDADE DO REGISTRO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM A RDC 15 15/3/2012. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES, LOTE E VALIDADE IMPRESSOS NA MESMA. DIMENSÕES 60 A 65 CM DE LARGURA X 80 A 90 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	1050	27000	30000
21	BR0452009	33019123	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTOS DE	UNIDADE	116,67	1750	2100

			PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 0,75M X 0,75 M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.				
22	BR0452009	33019124	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTA DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 1,00M X 1,00 M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	370,00	5200	5800
23	BR0452019	33019125	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTA DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 1,20M X 1,20 M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	116,67	1750	2100
			CAMPO DESCARTÁVEL, COM COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 80% DE CELULOSE, INTERFOLHADO OU DOBRADO, COM ALTA ABSORÇÃO				

27	BR0440834	33020104	E RESISTÊNCIA, PARA USO NA SECAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE; NA COR BRANCA, QUE NÃO LIBERE PARTÍCULAS. GRAMATURA A PARTIR DE 50 GRAMAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25CM DE LARGURA X 40 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	3558,33	48000	53500
28	BR0604957	33020433 (SUBSTITUI O CÓDIGO 940517)	Avental para Limpeza de Instrumental, impermeável externamente e absorvente internamente; produzido em material não tecido, 100% polipropileno; Gramatura: a partir de 40 G/M²; contendo mangas longas Raglan, tiras de amarração ao corpo do avental com soldagem ultrassônica, fechamento da gola em velcro ou tiras de amarração. Uso único, não estéril. Tamanho aproximado: 1,40 m x 1,30 m.	UNIDADE	201,75	2880	3200
GRUPO 1 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO							
ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MÉDIO MENSAL	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL
3	BR0466529	190942	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 15CM (LARGURA) E 35CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	1691,67	22500	25400
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE,				

4	BR0462801	190950	DIMENSÕES: ENTRE 30 E 45 CM (LARGURA) E CERCA DE 50CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	275		4200
5	BR0442388	190969	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 30 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	ROLO DE 100 M	4,91	54	60
			PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA				

6	BR0466574	191132	ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 25 CM (LARGURA) E 30 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	466,67	8100	9000
7	BR0442391	191221	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 18 CM (LARGURA) E 30 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO;	UNIDADE	1166,75	16200	18000

			APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.				
8	BR0442385	191230	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 8 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	ROLO 100M	4,33	54	60
9	BR0442385	191248	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 12 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE	ROLO 100M	5,58	81	90

			/FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.				
10	BR0462298	195020	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: 15 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	ROLO 100M	4,19	54	60
11	BR0466574	195031	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 25 CM (LARGURA) E 35 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE	UNIDADE	1477,42	20250	22500

			RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.				
GRUPO 2 - INVÓLUCROS PARA MATERIAIS DESINFETADOS							
ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO MÉDIO MENSAL	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL
24	BR0233974	33019312	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ENVELOPE. TAMANHO: MEDINDO APROXIMADAMENTE 150X270 MM. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE, QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. AUTOSSELANTE. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.	UNIDADE	1080	16200	18000
25	BR0233974	33019313	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ENVELOPE. TAMANHO: MEDINDO APROXIMANDAMENTE 200X400 MM. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE. QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. AUTOSSELANTE. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O	UNIDADE	1260	18900	21000

			PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.				
26	BR0233974	33019314	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ROLO. TAMANHO: MEDINDO APROXIMANDAMENTE 500 MM X 50M. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE. QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. COM BORDAS TERMOSSELADAS. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.	UNIDADE	10,8	162	180

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas encontram-se dispostas na Tabela acima (Item 6). Cumpre informar que se trata de aquisição de material de uso contínuo da Unidade e visa suprir as necessidades para o período de 12 (doze) meses, com uma margem de segurança de 25 por cento. Para cálculo da quantidade utiliza-se a previsão de Consumo Médio Mensal Estimado (CMM), conforme verifica-se na tabela abaixo presente no Anexo 1 deste Estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A adoção do orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No certame licitatório será adotado o padrão de parcelamento da solução, garantindo assim uma maior competitividade entre os concorrentes e, conseqüentemente, maior vantagem à esta Administração.

Contudo, para os itens relacionados no Grupo 1 e Grupo 2, a compra deverá ocorrer em grupo, tendo em vista à compatibilidade entre esses insumos e a seladora a ser fornecida em regime de Comodato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Contratação encontra-se prevista no Plano de Compras Anual (PCA/PGC) de 2024, conforme dados elencados abaixo:

- Documento de Formalização da Demanda: 135/2023
- Identificador da Futura Contratação: 250057-64/2023
- Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS; 6510 - MATERIAIS CIRÚRGICOS PARA CURATIVOS; 6532 - VESTUÁRIO HOSPITALAR E CIRÚRGICO E ITENS CORRELATOS DE FINALIDADES ESPECIAIS; 6550 - SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE; 7520 - ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO; 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES; 8105 - SACOS E BOLSAS; 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000024/2024
- Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- Id do item no PCA: 454 ao 481

12. Avaliação e Qualificação dos materiais

12.1 Apresentação de amostras

Considerando que os produtos licitados são para a utilização em saúde, com fins de uso no tratamento, reabilitação e/ou prevenção em pacientes atendidos a nível hospitalar ou domiciliar;

Considerando a premissa de mitigação dos riscos ocasionados pelo uso de produtos para saúde e a garantia da segurança do paciente durante a prestação da assistência;

Considerando que o Into pertence à Rede Sentinela dos hospitais no Brasil e que, portanto, pratica ações de vigilância técnica dos produtos para a saúde;

Se faz necessária a apresentação de amostras para dar seguimento à avaliação técnica dos mesmo.

Desse modo, a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório deverá(ão) fornecer amostras, conforme tabela abaixo, a fim de serem analisados e avaliados pela área técnica responsável, de acordo com o roteiro de avaliação presente no **Anexo 4** deste Estudo.

ITENS COTADOS SEPARADAMENTE					
ITEM	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. AMOSTRAS	TEMPO DE TESTAGEM (DIAS ÚTEIS)
1	154578	CANETA DE MARCAÇÃO PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU EMBALAGEM TIPO TYVEK, NA COR PRETA OU AZUL, ATÓXICA, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO	UNIDADE	1	5

		SUBMETIDO, COM TINTA RESISTENTE À INTEMPERES NÃO CAUSANDO MANCHAS			
2	180351	FITA AUTOCLAVE COMPOSTA EM PAPEL CREPADO, ESPECIALMENTE TRATADO E COBERTO COM ADESIVO NA FACE DE CONTATO COM O PACOTE, POSSUINDO LISTRAS DIAGONAIS IMPREGNADAS COM TINTA INDICADORA TERMO-QUÍMICA (INDICADOR QUÍMICO TIPO 1) NAS CORES AMARELA OU VERDE, COM VIRAGEM PARA O MARROM ESCURO OU PRETO, SENSÍVEL AO VAPOR, APRESENTANDO ALTA ADESIVIDADE. PARA USO EM PAPEL CREPADO E NÃO TECIDO. RESISTENTE A QUEBRAS. APRESENTAÇÃO EM ROLO, COM LARGURA DE 18 MM E COMPRIMENTO DE 50 A 55M. QUE APRESENTE LOTE E VALIDADE NA PARTE INTERNA DO ROLO.	UNIDADE	1	5
12	195108	PAPEL CREPADO 100 X 100 CM, DE 2ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO . GRAMATURA COM CERCA DE 70GR/M2. COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	10	5
13	195119	PAPEL CREPADO 100 X 100 CM, DE 3ª GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTETICA, GRAMATURA CERCA DE 78GR/M2. COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR	UNIDADE	10	5

		LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.			
14	195120	PAPEL CREPADO 120 X 120CM, DE 2º GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. GRAMATURA CERCA DE 70GR/M2. COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA. NÃO APRESENTAR FURO/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	10	5
15	195131	PAPEL CREPADO 120 X 120CM, DE 3º GERAÇÃO, COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA. GRAMATURA CERCA DE 78GR/M². COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E AUTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA), LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL) ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	10	5

16	195142	PAPEL CREPADO CERCA DE 30 X 30 CM, DE 1ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO + FIBRA SINTÉTICA, GRAMATURA A PARTIR DE 60GR/M². COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO/RASGO, OU RUPTURA AO USO, RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE.	UNIDADE	10	5
17	195153	PAPEL CREPADO 75 X 75 CM, DE 2ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. GRAMATURA CERCA DE 70GR/M². COR VERDE. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL, NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO/RASGO OU RUPTURA AO USO, RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA), LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	10	5
18	195164	PAPEL CREPADO 75 X 75 CM, DE 3ª GERAÇÃO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 100% CELULOSE DE POLPA DE MADEIRA + AGLUTINANTE SINTÉTICO + PROCESSO DE RECREPAGEM + INCLUSÃO DE FIBRA SINTÉTICA GRAMATURA CERCA DE 78GR/M². COR AZUL. SENDO HIDROREPELENTE, BIODEGRADÁVEL E MALEÁVEL. NÃO APRESENTAR EFEITO MEMÓRIA, NÃO APRESENTAR FURO/RASGO OU RUPTURA AO USO. RECICLÁVEL E ALTO NÍVEL DE BARREIRA MICROBIANA. CABE A EMPRESA APRESENTAR LAUDO AUTENTICADO DE BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) E LAUDO DE VFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO VIRAL). ESTAR EM ACORDO COM A ABNT 14.990-5/2003.	UNIDADE	10	5
		PANO PARA HIGIENIZAÇÃO, MATERIAL: 80% CELULOSE, 20% POLIPROPILENO,			

19	940562	MEDIDAS APROXIMADAS: 42 CM (COMPRIMENTO) X 28 CM (LARGURA), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A SOLVENTES, ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, SEM LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, APRESENTAÇÃO: ROLO PICOTADO, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE ÁREA LIMPA. O DISPENSER DEVERÁ SER FORNECIDO PELO LICITANTE, VIA COMODATO.	ROLO 300M	1	5
20	33019118	EMBALAGEM DE PROTEÇÃO TERCIÁRIA PARA PRODUTOS PARA SAÚDE ESTERILIZADOS (SISTEMA DE BARREIRA). COMPOSIÇÃO POR FILME PLÁSTICO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE A CERCA DE 2 LÂMINAS. TENDO COMO FUNÇÃO: PROTEÇÃO NO ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE SEGURO DE CAIXAS E BANDEJAS COM INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, PROMOVEDO INTEGRIDADE DO MESMO ATÉ AS UNIDADES CONSUMIDORAS. USO ÚNICO, DE FÁCIL ABERTURA ASSÉPTICA, TERMOSSELANTE OU AUTO SELANTE. POSSIBILIDADE DO REGISTRO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM A RDC 15 15/3/2012. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES, LOTE E VALIDADE IMPRESSOS NA MESMA. DIMENSÕES 60 A 65 CM DE LARGURA X 80 A 90 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10	5
21	33019123	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 0,75M X 0,75M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	10	5
		INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO			

22	33019124	TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 1,00M X 1,00M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	10	5
23	33019125	INVÓLUCRO PARA ESTERILIZAÇÃO; CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, SMS (SPUNBOND /MELTBLOWN/SPUNBOND); DUPLO, HIDROFÍLICO E HIDROFÓBICO; NAS CORES VERDE E AZUL, RESPECTIVAMENTE; COMPATÍVEL PARA PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR E POR PLASMA DE PERÓXIDO DE HIGROGÊNIO; ISENTO DE PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, ANTI-ESTÁTICO, COM ALTA BARREIRA PARA EMISSÃO DE FLUIDOS E MICROORGANISMOS, COM FORÇA TENSIL CAPAZ DE ABSORVER IMPACTOS SEM QUE A MESMA SE ROMPA; GRAMATURA: A PARTIR DE 50G/M²; DIMENSÕES: 1,20M X 1,20M. APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR 14.990-6/2019.	UNIDADE	10	5
27	33020104	CAMPO DESCARTÁVEL, COM COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 80% DE CELULOSE, INTERFOLHADO OU DOBRADO, COM ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA, PARA USO NA SECAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE; NA COR BRANCA, QUE NÃO LIBERE PARTÍCULAS. GRAMATURA A PARTIR DE 50 GRAMAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25CM DE LARGURA X 40 CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	10	5
28	33020433 (SUBSTITUI O CÓDIGO 940517)	Avental para Limpeza de Instrumental, impermeável externamente e absorvente internamente; produzido em material não tecido, 100% polipropileno; Gramatura: a partir de 40 G/M²; contendo mangas longas Raglan, tiras de amarração ao corpo do avental com soldagem	UNIDADE	5	5

		ultrassônica, fechamento da gola em velcro ou tiras de amarração. Uso único, não estéril. Tamanho aproximado: 1,40 m x 1,30 m.			
GRUPO 1 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO					
ITEM	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. AMOSTRAS	TEMPO DE TESTAGEM (DIAS ÚTEIS)
3	190942	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 15CM (LARGURA) E 35CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	
4	190950	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: ENTRE 30 E 45 CM (LARGURA) E CERCA DE 50CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR	UNIDADE	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	

		LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.		
5	190969	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 30 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	ROLO DE 100 M	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
		PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 25 CM (LARGURA) E 30 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO		

6	191132	ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	10	5
7	191221	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 18 CM (LARGURA) E 30 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	
		PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 8 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E	ROLO	SEM NECESSIDADE DE	

8	191230	PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE/FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	100M	APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	
9	191248	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: CERCA DE 12 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	ROLO 100M	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	
10	195020	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ROLO, DIMENSÕES: 15 CM (LARGURA) E 100 METROS (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM	ROLO 100M	1	5

		DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE/FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.			
11	195031	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, DIMENSÕES: CERCA DE 25 CM (LARGURA) E 35 CM (COMPRIMENTO), GRAMATURA DO PAPEL A PARTIR DE 60G/M², INDICADOR DE PROCESSO TIPO 1 POR TODO O COMPRIMENTO, FORA DA ÁREA DE SELAGEM COM O MÍNIMO 2 CM DE ÁREA, INTERVALO ENTRE OS INDICADORES QUE NÃO ULTRAPASSEM 10 CM, DEFININDO CLARAMENTE A COLORAÇÃO DE VIRAGEM. APRESENTAR TRIPLA SELAGEM E PERMITIR ABERTURA ASSÉPTICA SEM DELAMINAÇÃO DO FILME, COM MÍNIMA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULAS, ATÓXICO E SEM DOBRAS. FILME LAMINADO, TRANSPARENTE COMPOSTO POR POLIÉSTER/POLIPROPILENO, GRAMATURA DO FILME (60G/M²); FORNECER DADOS IMPRESSOS PARA EFEITO DE RASTREABILIDADE (LOTE /FABRICAÇÃO E VALIDADE) NA FACE ANTERIOR DO PRODUTO; APRESENTAR LAUDOS BFE E VFE; CUMPRIR REQUISITOS ABNT NBR14.990-2-2010.	UNIDADE	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	
GRUPO 2 - INVÓLUCROS PARA MATERIAIS DESINFETADOS					
ITEM	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. AMOSTRAS	TEMPO DE TESTAGEM (DIAS ÚTEIS)

24	33019312	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ENVELOPE. TAMANHO: MEDINDO APROXIMADAMENTE 150X270 MM. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE, QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. AUTOSSELANTE. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.	UNIDADE	10	5
25	33019313	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ENVELOPE. TAMANHO: MEDINDO APROXIMANDAMENTE 200X400 MM. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE. QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. AUTOSSELANTE. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.	UNIDADE	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	
26	33019314	EMBALAGEM DESCARTÁVEL PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, QUE SOFRAM DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL. APRESENTAÇÃO: ROLO. TAMANHO: MEDINDO APROXIMANDAMENTE 500 MM X 50M. BARREIRA MICROBIANA. CONFECCIONADO EM FILME LAMINADO DE NO MÍNIMO 3 CAMADAS DE POLIÉSTER E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA A PARTIR DE 50G/M², DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, 100% IMPERMEÁVEL E HIDROREPELENTE. QUE NÃO LIBERE RESÍDUOS. QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA. COM BORDAS	UNIDADE	10	5

		TERMOSELADAS. POSSUIR IMPRESSAS INFORMAÇÕES SOBRE LOTE E VALIDADE. APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIOS (RABLAS) INDICANDO QUE O PRODUTO MANTENHA O PROCESSO DE DESINFECÇÃO APÓS EMBALAGEM.			
--	--	--	--	--	--

Em caso de aprovação, as amostras a empresa contratada poderá descontar as amostras da primeira remessa de materiais enviados ao INTO.

12.2 Participação de Licitantes no processo de avaliação de amostras

Os objetos de aquisição não requerem orientações especiais ou específicas de manejo, uso ou instalação, visto que já são de uso comum no instituto. Há variações entre fabricantes e marcas, sendo necessário somente avaliações técnicas.

Em um primeiro momento, os materiais serão avaliados de modo objetivo, comparando o descritivo do material solicitado às características da amostra.

Em um segundo momento, os materiais serão avaliados em seu uso prático. Essa avaliação se dá em ambiente hospitalar fechado, com restrição de circulação de pessoas por conta da sua especificidade, de recebimento de material contaminado e processamento para a entrega de materiais esterilizados. Sendo assim, a logística do setor não comportaria receber diversos interessados/licitantes para acompanharem as testagens e, poderia colocar em risco a segurança dos processamentos realizados.

Desse modo, consideramos que a participação do licitante no processo de avaliação das amostras não é viável.

13. Comodato de Equipamentos e Materiais

13.1 A(s) licitante(s) vencedora(s) disponibilizará(ão) fornecer, em COMODATO, os equipamentos /acessórios necessários, conforme as especificações abaixo, a saber:

13.1.1 CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para os itens do **ITEM 19 (MV 940562)** um **DISPENSER**, conforme dimensões do insumo em questão. A Contratada deve efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

13.1.2 A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para o **ITEM 20 (MV 33019118)** uma **seladora**, conforme as necessidades do INTO. A Contratada deverá efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

13.1.3 A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para os itens do **GRUPO 1 (itens 03 ao 11)** uma **seladora POR GRUPO**, conforme as necessidades do INTO. A Contratada deve efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

13.1.4 A CONTRATADA disponibilizará a título de COMODATO, para os itens do **GRUPO 2 (itens 24 a 26)** uma **seladora POR GRUPO**, conforme as necessidades do INTO. A Contratada deve efetuar a troca caso o mesmo apresente problemas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da notificação da contratante.

14. Resultados Pretendidos

Abastecimento dos estoques do INTO pelo período de 12 meses, garantindo, assim, o atendimento aos pacientes e setores que necessitam dos insumos relacionados neste Estudo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Como impacto ambiental temos os resíduos plásticos, metálicos e biológicos que são resultantes do tratamento aplicado aos pacientes do INTO. Como forma de minimizar esse impacto, informamos que a Área de Gerenciamento de Resíduos em Saúde do INTO atende às determinações da Resolução - RDC Nº 222 /2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

Para atender tal demanda a Instituição contrata serviços, tais como:

- Contrato Nº 147/2020, que tem como objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, processamento, tratamento, destinação e disposição final e licenciada para os resíduos de serviços de saúde do Grupo A, Grupo D e Grupo E produzidos pelo Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO. (Nº Processo: 25057.013933/2021-75);
- Contrato Nº 330/2020, que tem como objeto contratação de empresa especializada e licenciada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento (incineração), destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde do Grupo B. (Nº Processo:25057.010183 /2019-65).

Cabe ressaltar que o INTO dispõe do Plano de Logística Sustentável (Portaria nº 586, de 22 de Maio de 2023 - DOU Edição: 108, Seção: 1, Página: 195), além de se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª Edição de setembro de 2023).

16. Providências a serem Adotadas

Não há outras medidas a serem adotadas.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação considera a aquisição viável e necessária, pois visa abastecer os estoques do INTO pelo período de 12 meses, garantindo, assim, o atendimento aos pacientes e setores que necessitam dos insumos relacionados neste Estudo

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Enfermeira - responsável técnica.

ANA PAULA COSTA ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/07/2024 às 09:08:22.

Despacho: Ag. Administrativo - responsável por auxiliar na elaboração do ETP.

BENJAMIM VERONESE DE ALBUQUERQUE MELLO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/07/2024 às 10:50:16.

Despacho: Responsável por auxiliar a área técnica na formulação do ETP.

CLOVIS ALBERTO NEVES DA SILVA

Arquivista - Área de Planejamento de Aquisições e Contratações (APLACON)



Assinou eletronicamente em 18/07/2024 às 09:43:38.